

Um só planeta, 23 de dezembro de 2021

## **Brasil se livra do racionamento, mas herda uma conta bilionária e uma matriz mais suja**

*O fantasma do apagão felizmente passou, mas o intenso acionamento de termelétricas fez com que o país herdasse uma dívida bilionária de longo prazo e um grande impacto ambiental*

Por: Robson Rodrigues

O preço dos combustíveis foi assunto durante o ano de 2021: os valores altos pesaram no bolso do consumidor e tiveram reflexos em outros produtos, pressionando a inflação.

E em 2022, os preços devem continuar altos? Há chances de a gasolina atingir os R\$ 10 por litro? O UOL ouviu especialistas para saber quais são as perspectivas para este ano. Veja o que eles dizem.

A crise hídrica parece ser um assunto superado entre os principais especialistas e tomadores de decisão do setor elétrico brasileiro, já que as chuvas vieram com intensidade no período úmido e as projeções meteorológicas prometem que 2022 será um ano menos crítico em relação aos reservatórios.

O fantasma que assombra agora é o custo das ações de enfrentamento da pior crise hidroenergética dos últimos 91 anos, que vem precificado na conta de luz do consumidor, além da questão ambiental, já que o Brasil precisou acionar

todas as termelétricas, inclusive as mais caras e poluentes, para atender a demanda.

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Carlos Ciocchi, afastou as chances de racionamento de energia e de um apagão em 2022, dentro do atual cenário hidrológico do país. Para ele, o sistema está “mais preparado” para enfrentar os períodos de maior restrição, depois da experiência vivida em 2021, já que além das chuvas que devem ajudar a recuperar os reservatórios, estão previstos reforços no sistema.

“Devemos ter a entrada de mais 10 mil megawatts (MW) de energia nova no sistema ao longo de 2020, e mais 16 mil km de linhas de transmissão, favorecendo trazer mais energia do Norte e do Nordeste para o Sudeste”, diz.

A fala do executivo converge com a de meteorologistas, acadêmicos e especialistas que acompanham o setor. Na avaliação do professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), Nivalde de Castro, não há risco de desequilíbrio entre oferta e demanda por conta da diversificação da matriz, já que a fonte hídrica tem paulatinamente diminuído e renováveis, como solar e eólica, estão crescendo.

“O setor elétrico tem instrumentos para não enfrentar mais problemas. O ritmo de crescimento da economia vai ser baixo e isso vai ser um elemento que tira a possibilidade de desequilíbrio entre a oferta e a demanda em 2022, além de que muitas plantas de energia solar e eólica serão instaladas, reduzindo a dependência das hidrelétricas”.

O meteorologista da Climatempo Filipe Pungirum diz que o risco maior passou e o que preocupa são as chuvas para o verão abaixo da média, o que deixa numa situação de atenção para o período úmido de 2022-2023.

“Como o período chuvoso começou no momento certo, com volumes acima da média e nas áreas de reservatórios, o risco de apagão e racionamento está cada vez menor e praticamente descartado para 2022”.

### **Quanto vai custar?**

Um jargão muito conhecido no segmento diz que “a energia mais cara é a que falta”. Faz sentido dado o impacto que o Brasil teve no racionamento de 2001 ou no apagão de 2009, quando uma queda de rede nas linhas de Furnas paralisou o escoamento da energia da usina de Itaipu Binacional, deixando metade do país no escuro.

Entretanto, o custo da energia para o consumidor tem um efeito nocivo e duradouro na economia. Um cálculo feito pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS) mostrou que as ações do governo para conter a crise devem custar cerca de R\$ 140 bilhões a serem pagos pelo consumidor nos próximos anos. Isso se deve à inclusão dos “jabutis” da Medida Provisória da Eletrobras, à contratação da térmicas, ao Programa de incentivo à Redução Voluntária de Demanda (RVD), à criação da ‘Bandeira Escassez Hídrica’ e ao leilão emergencial para contratação e reserva de capacidade.

Só em 2021, o consumidor pagou R\$ 30,2 bilhões em custos adicionais com bandeiras e encargos, segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), e mesmo com a redução gradual do despacho térmico, ainda não será

possível abrir mão da bandeira tarifária de escassez hídrica, prevista para ser aplicada até abril. “A Bandeira Escassez Hídrica independe do que está sendo feito agora, é para cobrir custos já incorridos”, afirmou Luiz Carlos Ciocchi, do ONS.

O que está por vir para os próximos anos não vai dar trégua ao bolso do consumidor. São R\$ 11,8 bilhões de custo de geração térmica, o empréstimo para as distribuidoras, que podem chegar a R\$ 15 bilhões, os custos com a MP da Eletrobras, que somam R\$ 78,3 bilhões, e os contratos estabelecidos no leilão emergencial de R\$ 39 bilhões a serem pagos entre 2022 e 2025.

A consultora de Energia do iCS, Amanda Ohara, critica as decisões do governo e afirma que havia alternativas para minimizar os custos ao consumidor, como medidas de eficiência energética que poderiam minimizar o impacto na solução da crise com custos menores. “As decisões não justificadas representam um custo ao consumidor de R\$ 140 bilhões ao longo de vários anos pela frente”.

### **Falta de planejamento**

O coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Clauber Leite, é duro nas palavras ao avaliar que o custo da crise hidroenergética trouxe aos consumidores uma “herança maldita” pela falta de planejamento do governo.

“Já estamos vivendo um racionamento via tarifa e a escolha foi não ter um programa de redução de consumo. (...) Uma herança maldita para os consumidores por conta de não tomarem medidas adequadas de planejamento “, disse.

Para Leite, só estão jogando para frente um problema que vai estourar na conta do consumidor e que em 2022 a conta deve ter um aumento médio na tarifa de 21%. Nivalde de Castro, da UFRJ, afirma que o Brasil não passou por um apagão, mas o efeito colateral que o país passa hoje é tão danoso quanto, já que a inflação que a energia causa sobre a economia gera uma reação em cadeia sobre a inflação, alta de juros e redução da atividade.

“Estamos usando energia à vista para pagar a prazo, além do empréstimo às distribuidoras para recomparam o caixa pelo custo das termelétricas que estão sendo acionadas, que será paga pelo consumidor”, explica.

O acadêmico acrescenta que somando este legado à alta da taxa básica de juros da economia (Selic), “os consumidores terão um cenário de tarifa de energia muito complexo que impacta a inflação, aumenta a inadimplência e o furto de energia”.

### **Uma matriz mais suja**

Em 2020, o Brasil teve um aumento de 9,5% nas emissões de gases de efeito estufa, isso em plena pandemia de covid-19, enquanto a média global de emissões sofreu uma redução de 7%, por causa das restrições da pandemia, segundo dados do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG) do Observatório do Clima

Em 2021 promete ser ainda pior. No auge da crise, o Brasil despachou quase 20 mil MW de térmicas, segundo informações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Para ter uma dimensão do que isso significa, a hidrelétrica de Itaipu - a maior geradora de energia do planeta - tem 14 mil MW de potência.

O ex-presidente da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE), Maurício Tolmasquim, considera que o excesso de contratação térmica foi um equívoco, já que existiam outros meios de resolver o problema da baixa vazão dos reservatórios.

“O governo acabou se apavorando um pouco neste contrato emergencial e assumiu o compromisso com térmicas. Para atender a ponta [do consumo] elas são importantes, mas se o objetivo for encher os reservatórios, poderiam contratar energia solar que entra muito rápido em funcionamento e quando se está gerando também está poupando água no reservatório”.

O executivo também considera que o risco de racionamento e apagões foi afastado. Entretanto, como os reservatórios ainda estão baixos, será necessário manter as térmicas acionadas por um período de 2022.

“Contrataram térmicas a R\$ 1.500 por Megawatt-hora (MWh). Hoje se contrata uma energia solar em leilões centralizados entre 150 por MWh a 250 por MWh”.

Projeções feitas pelo coordenador de projetos do Instituto Energia e Meio Ambiente (Iema/USP), Ricardo Baitelo, mostraram que a expansão da operação de termelétricas durante os nove primeiros meses de 2021, em relação aos anos de 2020 e 2019, causou uma emissão muito fora da média.

A poluição das térmicas foi de 27,5 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalentes. Já no ano de 2020, as emissões das térmicas foram de apenas 20,8 milhões de ton. de CO<sub>2</sub> equivalentes, por causa da redução das atividades econômicas impactadas pelo covid-19.

“Em 2020, tivemos uma redução grande das atividades por conta da pandemia, mas mesmo em relação à 2019 o aumento foi de mais de 80%, vamos ver como vai ficar nesses últimos três meses do ano com um pouco mais de chuvas”.

Link para a matéria original:

<https://umsoplaneta.globo.com/energia/noticia/2021/12/23/brasil-se-livra-do-acionamento-mas-herda-uma-conta-bilionaria-e-uma-matriz-mais-suja.ghtml>